

NV-003AG-22-SEC-BA-PROFESSOR-GER

De acordo com a retificação nº 01, de 09 de agosto de 2022, publicada pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia — SAEB, acerca do edital de Abertura de Inscrições — SAEB/03/2022, publicado em 01 de agosto de 2022, altera-se na disciplina “**Educação Brasileira: Temas Educacionais e Pedagógicos**”, de **Conhecimentos Gerais**, do cargo de Professor Padrão – Grau III, os conteúdos a seguir delineados:

ONDE SE LÊ	LÊ-SE
<p>As diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro e as implicações na organização do sistema de educação brasileiro. A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias e avaliação da aprendizagem. A sala de aula como espaço de aprendizagem. As teorias do currículo. As contribuições da psicologia da educação para a pedagogia: implicações para a melhoria do ensino e para ações mais embasadas da ação profissional docente no alcance do que se ensina aos indivíduos. Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar: a escola como espaço social. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira. A dimensão estruturante das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, nos seus níveis, etapas e modalidades. A resolução cne/ ceb nº. 4, de 13 de julho de 2010: formação básica comum e parte diversificada do currículo escolar, configuração de níveis, etapas e modalidades no ordenamento da educação básica. O consenso das modalidades da educação básica</p> <p>Educação de jovens e adultos. Educação especial. Educação profissional e tecnológica</p> <p>Educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola. Educação a distância. A interdisciplinaridade e a contextualização no tratamento curricular para o ensino médio. O trabalho como princípio educativo no ordenamento curricular da educação básica. As avaliações nacionais da educação básica: marcos regulatórios, consensos e dissensos. Os fundamentos de uma escola inclusiva. Convenção da ONU sobre</p>	<p>Marcos Conceituais</p> <p>As diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro e as implicações na organização do sistema de educação brasileiro. A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias e avaliação da aprendizagem. A sala de aula como espaço de aprendizagem. As teorias do currículo. As contribuições da psicologia da educação para a pedagogia: implicações para a melhoria do ensino e para ações mais embasadas da ação profissional docente no alcance do que se ensina aos indivíduos. Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar: a escola como espaço social. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira. A dimensão estruturante das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, nos seus níveis, etapas e modalidades. A resolução cne/ ceb nº. 4, de 13 de julho de 2010: formação básica comum e parte diversificada do currículo escolar, configuração de níveis, etapas e modalidades no ordenamento da educação básica. O consenso das modalidades da educação básica</p> <p>Educação de jovens e adultos. Educação especial. Educação profissional e tecnológica</p> <p>Educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola. Educação a distância. A interdisciplinaridade e a contextualização no tratamento curricular para o ensino médio. O trabalho como princípio educativo no ordenamento curricular da educação básica. As avaliações nacionais da educação básica: marcos regulatórios, consensos e dissensos. Os fundamentos de uma escola inclusiva. Marcos legais da educação quilombola e da educação intercultural indígena: contexto histórico dos valores civilizatórios</p>

direitos das pessoas com deficiência. Educação para as relações étnico-raciais e o decreto nº. 65.810, de 8 de dezembro de 1969 (promulga a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial). O decreto federal nº 4.738, de 12 de junho de 2003 (reitera a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial). Ação da escola, protagonismo juvenil e cidadania. A lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016: o plano estadual de educação. O paradigma da supra legalidade como norma constitucional para os tratados dos direitos humanos. As licenciaturas interdisciplinares como paradigma atual da formação docente (menção no art. 24 da resolução CNE/CP nº. 2, de 1º de julho de 2015). Legislação educacional: a) constituição federal de 1988 (artigo nº 205 ao nº 214); b) LDB, atualizada - lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 a lei federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; c) estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; estatuto do magistério público do ensino fundamental e médio do estado da Bahia - lei estadual nº 8.261, de 29 de maio de 2002; d) a lei nº. 10.639/2003 e a lei nº. 11.645/2008 no contexto do reconhecimento da diversidade étnico-racial na formação da identidade nacional; e) a educação intercultural indígena e os documentos normativos correlatos; f) as diretrizes curriculares nacionais relativas à educação étnico-racial, no contexto documental do conselho nacional de educação; g) a resolução CEE/BA nº. 137, de 17 de dezembro de 2019 e sua função na implementação da BNCC nos sistemas e redes de instituições da educação básica na Bahia: marco regulatório para a parte diversificada do currículo da educação básica na Bahia.

indígenas e afro-brasileiros na esfera do pertencimento étnico. As licenciaturas interdisciplinares como paradigma atual da formação docente (menção no art. 24 da resolução CNE/CP nº. 2, de 1º de julho de 2015).

Marcos Legais

Legislação educacional. Constituição federal de 1988 (artigo nº 205 ao nº 214). LDB, atualizada - lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A lei federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência. Educação para as relações étnico-raciais e o decreto nº. 65.810, de 8 de dezembro de 1969 (promulga a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial). O decreto federal nº 4.738, de 12 de junho de 2003 (reitera a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial). A lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016: o plano estadual de educação. O paradigma da supra legalidade como norma constitucional para os tratados dos direitos humanos. Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto do magistério público do ensino fundamental e médio do estado da Bahia - lei estadual nº 8.261, de 29 de maio de 2002. A lei nº. 10.639/2003 e a lei nº. 11.645/2008 no contexto do reconhecimento da diversidade étnico-racial na formação da identidade nacional. A educação intercultural indígena e os documentos normativos correlatos. As diretrizes curriculares nacionais relativas à educação étnico-racial, no contexto documental do conselho nacional de educação
A resolução CEE/BA nº. 137, de 17 de dezembro de 2019 e sua função na implementação da BNCC nos sistemas e redes de instituições da educação básica na Bahia: marco regulatório para a parte diversificada do currículo da educação básica na Bahia. O artigo 36 da LDB revisto pela lei nº. 13.415/2017. Polêmicas e necessidades sociais – as reformas do ensino médio ao longo da história brasileira em busca da conexão com as cadeias produtivas e da formação técnica e profissional. O catálogo nacional de cursos técnicos no âmbito da formação técnica e profissional. Da decisão

	regulatória em norma do conselho nacional de educação à expressão da realidade: bases para o planejamento de cursos. Os itinerários formativos. Retratação da estrutura sócio-ocupacional, decisões curriculares e trajetória para a formação da juventude brasileira. O conselho nacional de educação e as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Se você adquiriu seu material após o dia 18 de agosto de 2022 todas as atualizações solicitadas na retificação já estão incluídas.

Atenciosamente,

Nova Concursos